

CAPÍTULO 12

PESQUISADORES SURDOS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS, DESAFIOS ATUAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS



<https://doi.org/10.68044/wbk7f848>

Marco Aurélio Rocha Di Franco ¹

Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Graduado em Geografia e Letras-Libras, é professor de Libras da Universidade Federal do Rio Grande.



Ramon Dias de Araújo ²

Mestre Profissional em Educação Bilingue pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Bilingue (PPGEB) do Instituto Nacional de Educação de Surdos INES. Especialista em Ênfase na Educação Bilingue para Surdos (FISIG). Graduado em Letras Libras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



RESUMO: Este artigo analisa as trajetórias acadêmicas de pesquisadores surdos no Brasil, os desafios que atravessam o ingresso e a permanência na pós-graduação, o alcance das políticas públicas e as perspectivas de fortalecimento da autoria científica surda. Trata-se de estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, fundamentado em produções publicadas entre 2021 e 2026 e em marcos legais relacionados à Libras, à inclusão e à educação bilíngue. Os estudos evidenciam avanços no acesso ao ensino superior e no reconhecimento da comunidade surda como produtora de conhecimento, mas apontam barreiras linguísticas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e institucionais. Destacam-se dificuldades em processos seletivos, orientação, escrita acadêmica, disponibilidade de intérpretes e circulação de pesquisas em Libras. Conclui-se que a ampliação da presença de pesquisadores surdos depende de políticas institucionais bilíngues, formação docente, apoio ao letramento acadêmico, produção científica multimodal e mecanismos permanentes de acompanhamento, capazes de assegurar participação, autoria, autonomia e reconhecimento epistemológico nas universidades.

Palavras-chave: Pesquisadores surdos; Libras; Pós-graduação; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas surdas na educação superior brasileira resulta de um processo histórico marcado por mobilização social, reconhecimento linguístico e ampliação gradual de direitos educacionais. Nas últimas décadas, a chegada de estudantes surdos à graduação e à pós-graduação tornou mais visível uma questão que ultrapassa o acesso formal às instituições: a possibilidade de permanecer, pesquisar, publicar e participar da vida acadêmica em condições linguísticas e comunicacionais equitativas. Esse movimento desloca a pessoa surda da posição recorrente de objeto de investigação para a condição de autora, pesquisadora e produtora de conhecimento.

Ao tratar de pesquisadores surdos, portanto, não se discute apenas inclusão individual, mas também os modos pelos quais a universidade reconhece diferentes experiências linguísticas, culturais e epistemológicas como constitutivas da produção científica.

Também é necessário considerar que a trajetória acadêmica de pesquisadores surdos está relacionada à consolidação da Libras como língua de produção e circulação de conhecimentos. A Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou aspectos de sua difusão, formação e presença educacional (Brasil, 2002; Brasil, 2005). Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão reforçou o dever de assegurar direitos em condições de igualdade, e a Lei nº 14.191/2021 inseriu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a modalidade de educação bilíngue de surdos, com Libras como primeira língua e português escrito como segunda língua para estudantes sinalizantes (Brasil, 2015; Brasil, 2021). Esses marcos criaram bases normativas importantes, embora os trabalhos analisados mostrem diferenças entre o direito formal e sua concretização cotidiana nas universidades.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as trajetórias acadêmicas de pesquisadores surdos no Brasil, identificando desafios atuais de ingresso, permanência e produção científica, examinando a contribuição de políticas públicas e

discutindo perspectivas para o fortalecimento da autoria surda. A questão que orienta a reflexão é: em que medida a ampliação dos direitos linguísticos e educacionais tem sido acompanhada por condições institucionais que permitam às pessoas surdas ocupar, com autonomia, os espaços de pesquisa e produção do conhecimento? A pergunta é relevante porque a participação de pesquisadores surdos envolve dimensões articuladas: acesso à pós-graduação, orientação acadêmica, reconhecimento da Libras, letramento em português como segunda língua, mediação por tradutores e intérpretes, circulação de trabalhos em formatos acessíveis e reconhecimento da experiência surda como fonte legítima de elaboração científica.

Metodologicamente, desenvolve-se um estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, fundamentado nas onze produções disponibilizadas para este trabalho, publicadas entre 2021 e 2026, além dos principais marcos legais mobilizados por essas fontes. O corpus reúne pesquisas sobre ingresso e permanência de surdos na pós-graduação, autoria acadêmica, docência surda no ensino superior, trajetórias formativas, inclusão universitária, produção de pesquisas na pós-graduação e comunicação científica em Libras. A análise foi organizada em cinco eixos interdependentes: trajetórias e autoria; barreiras de ingresso e permanência; políticas públicas e direitos linguísticos; produção e circulação do conhecimento; e perspectivas futuras. Não se pretende produzir um censo nacional

atualizado de pesquisadores surdos, pois as próprias fontes apontam a insuficiência de dados sistemáticos; busca-se, em vez disso, compreender tendências, desafios recorrentes e caminhos institucionais indicados pela literatura analisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

As trajetórias de pesquisadores surdos no Brasil precisam ser compreendidas em perspectiva histórica. O acesso a níveis avançados de escolarização foi condicionado, por longo período, por práticas educacionais que nem sempre reconheceram a Libras, a cultura surda e a visualidade como dimensões legítimas da formação. A entrada de pessoas surdas em programas de mestrado e doutorado é, por isso, relativamente recente. Segundo levantamento de Monteiro (2017, p. 183-184 *apud* Silva *et al.*, 2026, p. 76-77), dados reunidos até 2016 registravam 127 pessoas surdas que haviam concluído o mestrado e 21 que haviam concluído o doutorado no país. Trata-se de um recorte histórico, que não deve ser tomado como retrato do cenário atual, mas que evidencia a formação tardia de uma comunidade acadêmica surda titulada e a necessidade de mecanismos mais consistentes de acompanhamento de sua expansão.

Souza e Reichert (2025) contribuem para essa discussão ao analisar a autoria acadêmica vinculada ao movimento surdo brasileiro e a atuação das primeiras lideranças surdas que alcançaram o

doutorado no início do século XXI. O estudo desloca o foco da mera presença numérica para a dimensão intelectual e coletiva dessas trajetórias. Os pesquisadores surdos não aparecem somente como indivíduos que superaram barreiras, mas como sujeitos que sistematizam conhecimentos, articulam experiências comunitárias, produzem conceitos e interferem nos próprios modos de interpretar a educação, a língua, a cultura e as relações sociais. Tal perspectiva é especialmente relevante porque evita uma narrativa meritocrática centrada na excepcionalidade individual e evidencia a produção científica como parte de redes históricas de formação, militância, ensino e circulação de saberes.

Assim, a temática ganha força diante da dissolução das representações sociais subalternizantes das pessoas surdas, possibilitando a visibilização do protagonismo e da autoria surda em razão dos conhecimentos sistematizados, produzidos, articulados e compartilhados pelas lideranças intelectuais. Portanto, a pesquisa propõe reconhecer, por meio da autoria acadêmica de lideranças surdas, um projeto de educação intercultural como estratégia de transformação das relações sociais entre agentes e instituições (Souza; Reichert, 2025, p. 308).

As trajetórias de professores surdos ajudam a visualizar esse processo. Rocha (2024), ao revisitar pesquisas sobre histórias de vida, formação acadêmica e profissional, identifica barreiras como ausência ou insuficiência de intérpretes, carência de materiais didáticos e recursos humanos adequados e situações de discriminação no

ambiente acadêmico e profissional. Por sua vez, Silva, Santos e Fumes (2024) mostram, a partir de entrevistas realizadas em Libras com três docentes surdos de uma instituição de ensino superior do Nordeste, que a constituição profissional desses sujeitos foi mediada por políticas públicas, contatos com amigos e relações com outros docentes surdos. A trajetória profissional, portanto, é construída em redes de oportunidades e pertencimento, não podendo ser explicada como simples resultado de uma escolha individual desvinculada das condições sociais.

O ingresso na pós-graduação constitui um dos primeiros momentos em que a diferença linguística pode ser convertida em desigualdade acadêmica. Processos seletivos são organizados, em geral, por meio de editais extensos, provas escritas, entrevistas, análise de projetos e contato prévio com possíveis orientadores. Quando essas etapas são planejadas exclusivamente a partir do português escrito e oral, candidatos surdos sinalizantes podem ter seu conhecimento avaliado por uma língua que, em muitos casos, é aprendida como segunda língua. O problema não está na exigência de rigor acadêmico, indispensável a qualquer programa de pós-graduação, mas na confusão entre domínio formal do português e capacidade de formular um problema científico, dominar um campo teórico ou desenvolver uma investigação. Silva *et al.* (2026) sintetizam esse conjunto de obstáculos ao destacar que as barreiras começam antes da matrícula:

O ingresso de pessoas surdas nos cursos de mestrado e doutorado constitui uma dimensão relevante do processo de democratização da educação superior brasileira. Embora se observe a ampliação da presença de estudantes surdos nas universidades, sua participação na pós-graduação *stricto sensu* permanece reduzida e atravessada por barreiras linguísticas, comunicacionais, pedagógicas, institucionais e atitudinais. Essas barreiras não se restringem à permanência após a matrícula, pois podem surgir antes mesmo do ingresso, durante a leitura do edital, a realização das provas, a entrevista, a elaboração e a avaliação do pré-projeto e o contato com possíveis orientadores (Silva *et al.*, 2026, p. 71).

A acessibilidade, portanto, deve ser incorporada ao desenho do processo seletivo e não tratada como adaptação posterior. Isso envolve divulgação de informações em Libras, possibilidade de entrevistas e apresentações sinalizadas, presença de tradutores e intérpretes qualificados, critérios explícitos para avaliação de candidatos cuja primeira língua é visuoespacial e canais institucionais de comunicação que não dependam apenas do telefone ou da oralidade. Também é relevante que o programa defina previamente como ocorrerão as etapas de orientação e acompanhamento, pois o candidato precisa saber se haverá condições reais de desenvolver a pesquisa depois do ingresso. A ausência desse planejamento pode transformar o acesso em experiência de isolamento e transferir ao estudante a responsabilidade por negociar, a cada disciplina ou reunião, recursos que deveriam estar previstos institucionalmente.

A permanência apresenta desafios próprios. Rocha (2025, p. 1) caracteriza o cenário investigado como um “processo ainda complexo de permanência”, mesmo quando existe aceitação da Libras, pois permanecem poucas ações voltadas ao respeito das singularidades linguísticas. A formulação é importante porque separa aceitação simbólica de acessibilidade efetiva. Uma universidade pode declarar-se inclusiva e disponibilizar intérprete em algumas situações, mas ainda manter seminários sem planejamento visual, reuniões sem mediação, orientações incompatíveis com a comunicação do estudante, plataformas pouco acessíveis ou processos avaliativos que não reconhecem a relação entre Libras e português escrito. A permanência, assim, não deve ser medida apenas pela matrícula ou pela conclusão, mas pela qualidade da participação acadêmica ao longo do percurso.

A narrativa autobiográfica analisada por Barbosa e Francisco Junior (2023) explicita como comunicação, educação bilíngue e permanência se conectam. Ao reconstruir a trajetória de um estudante-pesquisador surdo da graduação à pós-graduação, os autores mostram que os períodos de maior identificação com a aprendizagem foram aqueles em que a educação se aproximou de uma organização bilíngue. Ao contrário, a valorização exclusiva do português produziu tensões e barreiras. Essa experiência individual não deve ser generalizada para todas as pessoas surdas, cujas trajetórias e

preferências linguísticas são diversas, mas fornece elementos concretos para compreender como a organização institucional pode favorecer ou restringir a participação.

Os resultados da pesquisa acenam que um dos fatores preponderantes para o processo escolar inclusivo está associado à comunicação. A análise da trajetória do estudante-pesquisador revelou que os momentos de maior identificação com o processo educativo, tanto do ponto de vista cognitivo, como pessoal, foram aqueles em que lhe foi possibilitada uma educação de caráter bilíngue ou próxima disso. Por outro lado, os principais pontos de tensionamento estiveram relacionados justamente a dificuldades provocadas pelo contexto de valorização da língua portuguesa em detrimento à Libras. Este é, do ponto de vista operacional das instituições que abrigam a tentativa de inclusão, um dos maiores desafios (Barbosa; Francisco Junior, 2023, p. 13).

Outro ponto crítico refere-se à orientação acadêmica. A relação orientador-orientando envolve negociação de problemas de pesquisa, leitura, revisão de textos, discussão metodológica e decisões frequentes que exigem comunicação complexa. Quando orientadores não conhecem Libras e a instituição não prevê mediação linguística adequada, o estudante pode depender de intérpretes em encontros individuais ou recorrer intensamente à escrita, o que nem sempre permite reproduzir a mesma dinâmica de diálogo. Silva *et al.* (2026) defendem que a surdez ou o uso da Libras não podem justificar recusa de orientação. Essa proposição desloca o problema para a

responsabilidade institucional: cabe ao programa construir recursos para que a orientação aconteça, sem diminuir exigências acadêmicas nem exigir do pesquisador surdo a assimilação integral a práticas originalmente organizadas para ouvintes.

A escrita acadêmica em português também requer tratamento pedagógico, e não punitivo. Para muitos pesquisadores surdos sinalizantes, o português escrito ocupa a posição de segunda língua. Isso não significa dispensar clareza textual ou padrões científicos, mas reconhecer que revisão linguística, oficinas de letramento acadêmico e processos de tradução podem integrar políticas de permanência. Em vez de usar diferenças sintáticas como indício de incapacidade intelectual, a instituição pode separar a avaliação do conteúdo científico da revisão formal, especialmente nas etapas de elaboração. Esse princípio é coerente com o reconhecimento da Libras como língua e com a própria diversidade linguística da ciência, que já opera com tradução, revisão e colaboração editorial em numerosos contextos.

A consolidação de pesquisadores surdos no Brasil não pode ser analisada sem considerar os marcos legais que alteraram o estatuto público da Libras e ampliaram direitos educacionais. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e determina apoio institucional ao seu uso e difusão (Brasil, 2002). O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta essa lei e estabelece

medidas relativas à formação, ao ensino de Libras, à tradução e interpretação e ao acesso de pessoas surdas à educação (BRASIL, 2005). Esses instrumentos contribuíram para ampliar a presença da Libras no ensino superior, especialmente na formação de professores e na constituição de espaços profissionais e acadêmicos em que pessoas surdas passaram a atuar como docentes, estudantes e pesquisadores.

A Lei nº 13.146/2015, por sua vez, institui a Lei Brasileira de Inclusão e reforça o compromisso com o exercício de direitos em condições de igualdade (Brasil, 2015). No campo educacional, esse marco amplia a obrigação institucional de remover barreiras e garantir acessibilidade. Já a Lei nº 14.191/2021 insere a educação bilíngue de surdos na LDB e estabelece a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua para o público sinalizante, prevendo ainda, no âmbito da educação superior, ensino bilíngue, assistência estudantil e estímulo à pesquisa e a programas especiais (Brasil, 2021). Em conjunto, esses dispositivos oferecem fundamentos para políticas universitárias que não reduzam acessibilidade à contratação pontual de intérpretes, mas incorporem a dimensão linguística ao planejamento acadêmico.

No campo da pós-graduação, transformar normas em política institucional exige procedimentos estáveis. Entre eles estão editais acessíveis, identificação antecipada de necessidades linguísticas,

previsão orçamentária para tradução e interpretação, organização de bancas e eventos em Libras, suporte à escrita acadêmica, formação de docentes e servidores e acompanhamento da trajetória dos estudantes. Silva *et al.* (2026) indicam que políticas linguísticas universitárias podem combinar provas bilíngues, produção de conteúdos em vídeo e critérios de avaliação compatíveis com o português como segunda língua. A lógica dessas medidas não é flexibilizar os objetivos científicos, mas possibilitar que candidatos e pesquisadores demonstrem conhecimentos por meios linguísticos adequados, com equivalência de exigência e redução de barreiras que não dizem respeito ao mérito da pesquisa.

A efetividade das políticas também depende de participação surda em sua formulação. Quando normas de acessibilidade são elaboradas sem consulta às pessoas que as utilizarão, podem surgir soluções formalmente corretas, mas inadequadas à dinâmica acadêmica. A presença de pesquisadores surdos em comissões, colegiados, núcleos de acessibilidade, grupos de pesquisa e instâncias editoriais permite que a experiência acumulada seja convertida em decisão institucional. Essa participação favorece uma passagem importante: de políticas feitas para surdos para políticas construídas com pesquisadores, docentes e estudantes surdos. O princípio está em consonância com a ideia de autoria discutida por Souza e Reichert (2025), pois reconhece que a comunidade surda produz conhecimentos

não apenas sobre sua própria experiência, mas também sobre como organizar ambientes acadêmicos mais responsivos à diversidade linguística.

Ingressar e concluir a pós-graduação é apenas uma parte da trajetória de um pesquisador. A vida científica envolve publicar artigos, participar de congressos, integrar redes, avaliar trabalhos, orientar pesquisas e comunicar resultados. Nessa dimensão, a predominância do português escrito cria um conjunto de barreiras. Ferreira e Castro (2021) analisam a comunicação científica digital em Libras e identificam pouca presença de periódicos que ofereçam possibilidades efetivas de publicação acessível à comunidade surda. Os autores propõem o fortalecimento de formatos bilíngues e videossinalizados, aproveitando recursos digitais que permitem articular vídeo, texto e outros elementos hipermidiáticos. Essa discussão é central porque a língua de publicação interfere diretamente em quem consegue produzir, acessar, revisar e circular conhecimento. A proposta de circulação bilíngue pode ser sintetizada da seguinte forma:

Nessa segunda vertente, os artigos, ensaios, resenhas e outros gêneros da comunicação científica em Libras estariam vinculados a resumos em português e até a uma tradução completa do texto videossinalizado. Como observado nas análises, esse movimento bilíngue se encontra efetivado no Manual de normatização do INES e mencionado nas propostas de publicação da

RBTV e da RBVR. Assim, considerando diferentes formas para obtenção de um conhecimento acessível e compartilhado, acreditamos ser possível diminuir as distâncias entre pesquisadores surdos e não surdos (Ferreira; Castro, 2021, p. 122).

Além da acessibilidade editorial, a literatura evidencia lacunas na própria produção de conhecimento sobre pesquisadores e docentes surdos. Conceição Filho, Meletti e Cabral (2025) realizaram um balanço de pesquisas sobre docentes surdos no ensino superior entre 2010 e 2023 e encontraram baixa produção de dissertações e teses, apontando uma lacuna que demanda novos estudos. Essa escassez é relevante porque os docentes surdos constituem parte importante da formação de novos pesquisadores, da expansão do ensino de Libras e da consolidação de referenciais produzidos a partir de experiências surdas. Sem investigações sobre suas condições de trabalho, redes de colaboração, carreiras e produção científica, permanece incompleto o retrato da presença surda na universidade brasileira.

Lemos *et al.* (2024), ao mapear a pesquisa de pós-graduação sobre ensino de Matemática para alunos surdos no período de 2018 a 2022, identificaram treze instituições de ensino superior com trabalhos nessa temática, com maior presença de pesquisas relacionadas à formação docente, materiais e recursos visuais, cultura surda e educação bilíngue. Embora o objeto do estudo seja específico, o resultado ajuda a compreender a expansão de agendas de pesquisa

sobre surdez em diferentes programas. Ao mesmo tempo, ele sugere a necessidade de avançar de pesquisas sobre educação de surdos para pesquisas também produzidas e lideradas por pesquisadores surdos em uma variedade maior de áreas. O crescimento da temática não é equivalente, por si só, ao crescimento da autoria surda, razão pela qual ambos os movimentos devem ser observados separadamente.

Uma frente essencial é investir na formação de orientadores, professores e equipes administrativas. Não se exige que todos se tornem fluentes em Libras de maneira imediata, mas é indispensável compreender aspectos básicos da comunicação visual, do trabalho com intérpretes e da condição bilíngue de muitos estudantes. A formação pode evitar equívocos como dirigir a fala apenas ao intérprete, confundir diferenças de escrita com ausência de conhecimento ou organizar atividades incompatíveis com a atenção visual. Gomides *et al.* (2023) defendem a formação de professores proficientes em Libras e o fortalecimento do engajamento entre estudantes surdos e ouvintes; Silva e Galizia (2025) igualmente indicam que a acessibilidade universitária exige debate e ação concreta. Esses achados mostram que recursos humanos e atitudes institucionais são tão importantes quanto equipamentos ou normas.

Outra prioridade é compreender o letramento acadêmico em perspectiva bilíngue. Pesquisadores surdos precisam ter acesso a práticas de leitura e escrita científica em português sem que isso

implique desvalorização da Libras. Oficinas de escrita, revisão, tradução, glossários terminológicos e acompanhamento editorial podem reduzir barreiras. Simultaneamente, universidades e periódicos devem ampliar resumos, vídeos, apresentações e artigos em Libras. Esse duplo movimento evita tanto a exigência de assimilação total ao português quanto a limitação da produção surda a um circuito exclusivamente sinalizado.

Também são necessários dados mais sistemáticos sobre a presença de pessoas surdas na pós-graduação e na carreira científica. Rocha (2025) observa a ausência de um censo específico capaz de mostrar, de modo contínuo, quantos estudantes surdos e com deficiência auditiva estão no *stricto sensu*, em quais áreas e com quais condições de permanência. A insuficiência de informações dificulta avaliar políticas, identificar desigualdades regionais e planejar recursos. Um sistema de acompanhamento deve respeitar autodeclaração, diversidade linguística e proteção de dados, usando estatísticas para subsidiar políticas e não para homogeneizar trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções selecionadas permite compreender que a presença de pesquisadores surdos no Brasil se insere em um processo recente de transformação da educação superior. O

reconhecimento da Libras, a ampliação do acesso universitário e a emergência de mestres, doutores e docentes surdos produziram mudanças importantes na configuração dos espaços acadêmicos. Essas trajetórias demonstram que pessoas surdas não são apenas destinatárias de políticas inclusivas nem objetos de estudos sobre deficiência ou linguagem. Elas participam da construção de problemas científicos, elaboram referenciais, formam estudantes, atuam em movimentos sociais e produzem conhecimentos que ampliam o repertório da universidade brasileira.

Ao mesmo tempo, os avanços não eliminaram barreiras. Os trabalhos analisados convergem ao mostrar dificuldades linguísticas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e institucionais no ingresso e na permanência, especialmente quando a pós-graduação mantém procedimentos exclusivamente estruturados pelo português e pela oralidade. Processos seletivos, orientação, aulas, eventos, produção escrita e comunicação científica podem tornar-se barreiras quando a acessibilidade é tratada como exceção. A presença do intérprete é essencial em muitos contextos, mas não substitui políticas linguísticas abrangentes, formação institucional, materiais acessíveis, planejamento visual e reconhecimento do português escrito como segunda língua para muitos pesquisadores surdos sinalizantes.

Os marcos legais analisados constituem fundamento relevante para transformar essa realidade. A Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº

5.626/2005, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 14.191/2021 consolidam direitos relacionados à Libras, à acessibilidade e à educação bilíngue. Entretanto, a efetividade desses direitos depende de sua tradução em regulamentos, orçamento, formação profissional e práticas acadêmicas permanentes. Uma política institucional consistente deve acompanhar o pesquisador desde o edital de seleção até a publicação e circulação dos resultados, incluindo orientação, participação em eventos, bancas, grupos de pesquisa e redes científicas.

Também se conclui que o fortalecimento da autoria acadêmica surda exige ampliar as possibilidades de comunicação científica em Libras e diversificar a presença de pesquisadores surdos entre áreas do conhecimento. A produção vídeos sinalizada, os periódicos bilíngues e os recursos digitais podem reduzir distâncias entre pesquisadores surdos e ouvintes, desde que associados a padrões editoriais, tradução, indexação e reconhecimento acadêmico. Paralelamente, é necessário expandir pesquisas sobre trajetórias, docência, carreira científica e redes de colaboração, pois a literatura ainda apresenta lacunas e os dados nacionais da pós-graduação são insuficientes para um retrato quantitativo atualizado.

Diante disso, as perspectivas futuras não devem ser formuladas como simples expectativa de aumento numérico de matrículas. O desafio é garantir condições para que pesquisadores surdos ingressem, permaneçam, concluam, publiquem, orientem, avaliem e liderem

atividades científicas com autonomia. Isso pressupõe participação da própria comunidade surda na formulação das políticas que a afetam e reconhecimento de que a diversidade linguística pode contribuir para a qualidade da ciência. A consolidação dessas condições permitirá que a universidade avance de práticas pontuais de inclusão para uma organização efetivamente bilíngue e plural, na qual a autoria surda seja reconhecida como parte constitutiva da produção do conhecimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daniel Cícero dos Santos; FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Inclusão de um surdo na pós-graduação: uma análise a partir de registros autobiográficos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023033, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17516>. Acesso em: 3 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

CONCEIÇÃO FILHO, Delci da; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; CABRAL, Vinícius Neves de. Docentes surdos no Ensino Superior: um balanço da produção acadêmica no período de 2010 a 2023. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 11, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-204>. Acesso em: 6 set. 2026.

FERREIRA, Lucas Pazoline da Silva; CASTRO, Lorena Gomes Freitas de. Comunicação científica digital em Libras. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 15, n. 32, p. 109-127, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/cl.v15i32.35713>. Acesso em: 18 jul. 2026.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; RIBEIRO, Tiago da Silva; SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo. Docência e inclusão no ensino superior: ‘metamorfoses’ nos percursos de um estudante/pesquisador surdo. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 25, n. 1, p. 55-73, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/ri.v25i1.29609>. Acesso em: 9 set. 2026.

LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LEMOS, Pedro; XAVIER, Antônio Roberto; SOARES, Maria José Costa dos Santos. A pesquisa na pós-graduação stricto sensu brasileira sobre o Ensino de Matemática para alunos surdos: uma revisão sistemática a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). **Revista Práxis**, v. 16, n. 30, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47385/praxis.v16.n30.4986>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MONTEIRO, Myrna Salerno. Mestres e doutores surdos: um estudo sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 173-189, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1207>. Acesso em: 12 set. 2026.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. Histórias e lutas dos professores surdos: estado da arte. **Cadernos de Educação**, v. 23, n. 47, p. 9-22, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/1679-8104/ce.v23n47p9-22>. Acesso em: 15 set. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. A permanência de estudantes surdos e com deficiência auditiva em cursos de graduação e pós-graduação: disputas e lutas em torno das singularidades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, e300079, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300079>. Acesso em: 18 set. 2026.

SILVA, Luana Luzia da; SANTOS, Nágib José Mendes dos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. A docência surda: necessidades e motivos do ser professor. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 28, e267624, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-267624>. Acesso em: 3 set. 2026.

SILVA, Taynan Alécio da; MIRI, Carolina; CAMPOS, Valdicley Pereira; SILVEIRA, Luciane Cruz. Ingresso de pessoas surdas no mestrado e no doutorado: desafios e estratégias no processo seletivo, na elaboração do pré-projeto e na escolha do orientador. **Fac. Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 10, p. 70-98, 1. sem. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21709764>. Acesso em: 6 set. 2026.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzone. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282663, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282663por>. Acesso em: 9 set. 2026.

SOUZA, Gabriel de; REICHERT, Ines Caroline. Autoria acadêmica do movimento surdo brasileiro: circulação de saberes de um projeto coletivo intercultural. **Revista História em Reflexão**, v. 21, n. 40, p. 308-328, jan./jul. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v21i40.18873>. Acesso em: 12 set. 2026.